

A libertação das crianças. Contribuição filosófica para uma história da infância

RENAUT, Alain. *A libertação das crianças: contribuição filosófica sobre a história da infância*.

Lisboa: Instituto Piaget, 2004. 348p.

Fabício Aparecido Bueno

Mestrando em Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei, Ouro Branco, MG - Brasil

fabricioapbueno@hotmail.com



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

A justificativa para se apresentar uma resenha da obra *A Libertação das Crianças. Contribuição filosófica para uma história da infância* reside no fato de que, mesmo estando em vias de completarmos dez anos de sua publicação na França, e oito anos de sua tradução para o português, esse importante trabalho do filósofo político francês Alain Renaut¹ parece ainda não ter recebido na literatura educacional brasileira uma atenção suficiente. Ensaio de cunho histórico e filosófico, apresenta-se como uma leitura alternativa às discussões já consagradas sobre o lugar ocupado pela visão de infância no processo de modernização da sociedade e às análises acerca dos fenômenos advindos das especificidades do modo como as relações intergeracionais educativas são estabelecidas na contemporaneidade.

O livro se divide em três partes, que sucedem um prefácio – de que a leitura se faz indispensável para a compreensão da problemática tratada na obra – e antecedem um tópico de conclusão – ocasião em que o autor apresenta uma síntese marcada pela mesma sutileza analítica dos capítulos que a precedem. Vista de modo integral, a obra percorre uma

¹ Alain Renaut é professor de Filosofia Política da Universidade de Paris-Sorbonne e autor de outros ensaios importantes sobre o processo de modernização da sociedade, entre eles *A era do indivíduo e Alter ego: os paradoxos da identidade*. Uma boa complementação para as discussões apresentadas nesses ensaios, inclusive em *A Libertação das Crianças*, pode ser encontrada em uma obra um pouco mais recente do autor, intitulada *O Fim da autoridade*.

longa trajetória pelo pensamento filosófico e jurídico da história do ocidente, que, direta ou indiretamente, revelam as particularidades do modo como que cada sociedade e cada tempo, a partir dos princípios nem sempre consensuais que as movimentam, oferecem representações distintas sobre a infância e a educação.

A necessidade de uma reflexão criteriosa sobre o lugar ocupado pela infância nos diferentes momentos da constituição do pensamento moderno é discutida por Alain Renaut já nas primeiras linhas do trabalho. Para o autor, dado o contexto em que educadores, no âmbito da família e da escola, precisam cotidianamente justificar e negociar os limites de sua autoridade com os menores, torna-se possível afirmar que nunca as relações com o mundo da infância foram tão complexas. Sustenta que assistimos, contemporaneamente, a um processo de desagregação dos papéis tradicionais, em um momento cujos princípios que regem a organização social deixam de ser os da tradição e os da hierarquia e passam a ser os da democracia, expressos na valorização da ética da liberdade e da igualdade.

Na primeira parte da obra, intitulada *A história da infância em debates*, Alain Renaut revisita algumas análises sobre a modernização das relações sociais, em especial aquelas que mais têm influenciado o campo da história da infância e da educação, apontando para contribuições e insuficiências dessas leituras. De acordo com o autor, predomina nesse campo de debates visões historiográficas que ele define como *antimodernistas*, por associarem à modernização das relações sociais um suposto processo de exclusão e encerramento da infância. Entre os autores que mais sustentariam e contribuiriam para a construção dessas concepções estão, principalmente, Michel Foucault e Philippe Ariès.

Retomando as discussões empreendidas por esses autores, Alain Renaut ressalta que a ambiguidade característica das análises antimodernistas da história da infância, que tendem a associar a qualquer elemento dessa trajetória um aspecto normalizador e excludente, cuja base se assentaria hipoteticamente no advento do espírito moderno, trazem o inconveniente de tornar quase inteligível a condição contemporânea da infância nas sociedades democráticas. Afinal, vivemos, ainda que paralelamente ao desenvolvimento de tecnologias de exclusão, um processo de humanização na relação com a infância, expressos em conquistas tais como a valorização das diferenças e das singularidades da juventude, a diminuição da mortalidade infantil (possibilitada não somente pelo desenvolvimento da medicina ou melhoria nas condições, mas também por maior respeito

pela vida da criança) e o recrudescimento das leis que sancionam os abusos de poder e a violência contra crianças e adolescentes.

De modo geral, a retomada e problematização empreendida por Alain Renaut na primeira parte da obra sobre análises e autores já considerados clássicos no campo da história da infância visa ressaltar o caráter recente, inacabado, não consensual e, desse modo, ainda aberto a outras interpretações. Além do mais, buscam desconstruir uma visão negativa do processo de modernização, ressaltando que, paralelamente às condições que possibilitam o encerramento institucional da infância, passam a ser valorizados princípios que orientam a democratização das relações intergeracionais.

A segunda parte do trabalho intitula-se *A criança dos Modernos*. Nela, Alain Renaut busca reconstituir o processo de modernização das relações com a criança, tomando como fio condutor as representações de infância e educação difundidas pelos pensadores que mais decisivamente influenciaram o imaginário social e o curso das formulações legais nesse campo. O autor identifica no processo de transformação das formas de se conceber a infância três momentos em que se configuram crises no campo educativo; crises, estas, entendidas como ocasiões em que a educação das crianças tornou-se a tal ponto problemática que se fez inevitável o levantamento de questões acerca de seus meios e de suas finalidades. Os dois primeiros momentos de crise apontados constituem o conteúdo da segunda parte da obra e o terceiro momento é fruto de discussão na terceira parte.

O primeiro momento corresponde ao período do Renascimento e a emergência do humanismo educativo. Alain Renaut situa essa crise na segunda metade do século XVII, mais especificamente, no período que separa a obra *Leviatã*, de Hobbes, em 1651, e o *Segundo Tratado do Governo Civil*, de Locke, em 1690. Esses pensadores teriam promovido rupturas significativas na concepção tradicional de infância ao inverterem o fundamento da concepção de autoridade adulta, desvinculando-a de uma justificação naturalista que dotava cada geração anterior de poder absoluto sobre a subsequente. Seria, contudo, John Locke quem verdadeiramente contribuiu para modernização das representações da infância, ao provocar pelo menos duas alterações fundamentais no modo de se conceber a estruturação das relações de poder no âmbito familiar: (1) substituição da autoridade paterna pela autoridade parental, reconhecendo o lugar da mãe no processo educativo, e (2)

questionamento da autoridade parental como poder absoluto, colocando a liberdade futura como finalidade última da educação e legitimadora da autoridade adulta.

O segundo período de crise apontado se deu pelos questionamentos inaugurados por Rousseau, em 1762, quando da publicação da obra *Emílio*, além da própria crítica kantiana à educação considerada incompatível com a ascensão dos indivíduos à maioridade moral. Rousseau abriria caminho para a transformação dos valores sociais ao apresentar uma nova concepção de humano e provocar rupturas nas ideias de natureza, reinantes em seu tempo. Para Alain Renaut, ao encarar a natureza não mais como um padrão, Rousseau leva tanto os adeptos de suas concepções quanto os adversários a reexaminarem suas noções de desenvolvimento humano. Como um representante das Luzes, constrói toda a sua reflexão em relação à educação a partir do princípio de que esta deve ser capaz de tirar o homem de sua menoridade e torná-lo maior, processo que, em termos filosóficos, significa passar da condição de dependência à de autonomia. De maneira bastante próxima, a formulação rousseauiana de que o homem só pode tornar-se homem pela educação, seria retomada por outros filósofos ilustres, como Immanuel Kant e Johann Fichte.

A análise minuciosa e a confrontação de pensadores tão decisivos para a constituição do pensamento moderno – com destaque para Hobbes, Locke e Rousseau – e particularmente as contribuições destes para a constituição das representações modernas sobre a infância, configuram uma análise digna de consideração no campo da história da infância e da educação. O despojamento dos preconceitos antimodernistas, discutidos na primeira parte da obra, permite a Alain Renaut retirar o que existe de ruptura em cada um desses pensadores, em grande parte analisados pelos aspectos antidemocráticos de suas concepções. Afinal, cada um desses intelectuais que imprimiram suas marcas no espírito moderno são, ainda hoje, importantes, não somente pelas cisões que provocaram no pensamento social, mas, em grande parte, pela interlocução estabelecida com os valores da época em que produziram reflexões.

A terceira e última parte da obra, intitulada *Entre direito e ética: a criança contemporânea*, concentra-se na discussão, conforme já mencionamos, do terceiro momento de crise dos pressupostos que definem a relação dos adultos com a criança. Nesse ponto culminante do trabalho, Alain Renaut promove uma revisão analítica das interpretações conferidas ao significado da relação com a infância nos mais importantes

documentos contemporâneos que se destinam a proclamar os princípios universais dos direitos humanos, sobretudo os das crianças.

Em termos gerais, o autor busca compreender as razões pelas quais demoramos tanto tempo para reconhecer às crianças os direitos humanos já proclamados na Declaração dos Direitos do Homem, de 1789, reafirmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, mas que só foram definitivamente estendidos ao campo do direito da infância em 1989, com a promulgação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. O autor apresenta, não obstante, diversas transformações pronunciadas ao longo do século XX, tanto a níveis locais como global, em aspectos jurídicos e pedagógicos que dizem respeito às obrigações e permissões da intervenção adulta sobre o destino infantil, sugerindo que, cada vez mais, a criança passa a ser reconhecida como sujeito singular e, portanto, como portadora de direitos.

Alain Renaut associa a lentidão do processo de conscientização e juridicização dos direitos da infância à complexidade e às consequências acarretadas pela opção de se considerar a criança como sujeito. O reconhecimento da criança como “um igual”, tanto no espaço político quanto na educação, podem implicar, em uma sociedade democrática, problemas para a ordem da continuidade geracional, na medida em que passamos a conviver com o dilema, conforme palavras do próprio autor, de “como limitar suficientemente o acesso da criança à igualdade para preservar as condições de possibilidade de uma relação educativa, sem que esta limitação induza, apesar disso, uma regressão em direção à concepção da autoridade parental e do poder escolar que não seriam compatíveis com os valores de igualdade e da liberdade” (p. 281).

As análises empreendidas nessa última parte da obra, embora se concentrem majoritariamente em elementos jurídicos, não deixam de almejar diálogos promissores com o campo das práticas educativas, sejam elas familiares, escolares ou do âmbito das propostas de educação em direitos humanos. Paralelamente ao reconhecimento dos avanços trazidos pela extensão dos valores democráticos às relações com a infância, Alain Renaut em nenhum momento deixa perder de vista a necessidade de uma análise crítica sobre as implicações da juridicização **de tais** questões. Pelo contrário, defende a necessidade de se fazer uma leitura sobre as atuais possibilidades de constituição das relações com a infância a partir de um âmbito mais ético do que jurídico, considerando a lógica do que o

autor chama *solicitude* – tomando como referencial um conceito da filósofa inglesa Onora O’Neill.

A *solicitude* designa, nessa perspectiva assumida, o sentimento de responsabilidade pelo outro para além de um atributo legal que a exija. Renaut sustenta que os direitos positivos da criança, nomeadamente os direitos de proteção e de educação, podem ter outras bases, além daquelas jurídicas, que melhor indicariam caminhos para se pensar nas obrigações dos adultos com as crianças. Há setores das obrigações em relação às crianças que escapam à formalização dos direitos. Neste sentido, pais e educadores que se limitassem a executar somente obrigações jurídicas, fracassariam enquanto tais, ainda que na legalidade. Isto é, como nem tudo o que se pode evoluir com relação à infância está inscrito no campo dos direitos, pensar a relação com os educandos pela lógica da *solicitude* pode representar uma via promissora de superação do caráter eminentemente legal da relação com a infância.

No tópico dedicado à conclusão da obra, Alain Renaut se propõe a fazer um balanço sobre as possíveis contribuições do seu trabalho para se pensar os atuais questionamentos suscitados pelos fenômenos relacionados à crise da autoridade na educação. Em primeiro lugar, demarca o seu posicionamento em relação às transformações nos referenciais que definem as relações educativas entre adultos e crianças, alocando-as no bojo das consequências advindas das opções modernas pela democracia, o que imprimiu às relações de poder ou de autoridade uma dimensão contratual. Dessa forma, rejeita conclusões tais como as expressas pela filósofa Hannah Arendt no que diz respeito à consideração da condição da criança contemporânea como “pior” do que no passado. Para Alain Renaut tais interpretações correspondem a uma “injúria dirigida à memória das inúmeras gerações de crianças que foram vítimas do poder que os adultos atribuíam a eles mesmos de disporem de suas vidas, tal como das suas mortes” (p. 337).

Em segundo lugar, reconhece que a libertação da criança traz enormes desafios para a educação. Entre eles, a dificuldade em se pensar as delimitações do vínculo familiar cuja autoridade se assenta, entre outros aspectos, em componentes também naturais e não propriamente contratuais. No caso da escola, a questão talvez seja ainda mais complexa, na medida em que tanto a instituição como os educadores nela envolvidos recebem dos pais a legitimação natural de educar os filhos, sem, contudo, deixar de ser um espaço

eminentemente de relações políticas e contratuais. A relação contratual com a criança coloca o problema de sabermos até que ponto podemos considerá-la como parceira num contrato. Na medida em que a lógica do contrato adentra as instituições, passa a exigir delas modificações em sua estrutura, o que não é algo simples.

As questões aqui levantadas constituem apenas um indicativo das principais temáticas e discussões desenvolvidas na obra. Buscamos apresentar somente um panorama geral daquilo que o leitor que tomar contato com esse trabalho de Alain Renaut terá a oportunidade de elaborar mediante o confronto com as ricas e pertinentes argumentações apresentadas. Independente de posicionamentos teóricos ou políticos em relação às questões tratadas, as contribuições reunidas nesse verdadeiro dossiê sobre os processos de construção das representações modernas sobre a infância representam uma leitura indispensável para todos aqueles que aspiram um melhor entendimento das atuais conjunturas que envolvem os encontros educativos intergeracionais. Constituem, também, pontos de apoio e de partida para reflexões acerca dos processos históricos de construção do estatuto moderno da criança como sujeito de direito, noção ainda bastante recente, imprecisa e que tantas dúvidas e posturas irrefletidas suscitam na sociedade atual. Por fim, trata-se de um trabalho cuja tradução só tende a somar sua contribuição para as análises disponíveis em língua portuguesa acerca do polêmico campo que é o da história da modernização das concepções de infância.

Enviado em Junho/2012

Aprovado em Julho/2012